



# **Regulamento da Avaliação Institucional**

**Janeiro de 2015**

A Avaliação Institucional surge como resposta ao SINAES – Artigo 11 da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, à necessidade da sistematização de um mecanismo Institucional de Avaliação do Projeto Pedagógico da **Faculdade Porto Sul** e seus cursos, e à conscientização dos gestores educacionais quanto a sua necessidade, importância e benefícios como instrumento de gestão acadêmica.

A Avaliação Institucional pode estimular a revitalização do exercício da responsabilidade participativa, pois seus agentes têm a oportunidade de participar de movimentos de atualização e ampliação das prioridades sociais e acadêmicas da **FAPS**.

Como instrumento de gestão estratégica, deve ser orientada no sentido de definir, promover e implementar uma cultura de inovação permanente, de transformação auto-regulada, e dotada da capacidade de atuação pró-ativa às demandas mutáveis dele provenientes.

Para que o PPI, PDI e os PPC possam servir a esses propósitos, é indispensável que suas elaborações e implantações respeitem determinados princípios através de um rigoroso processo de acompanhamento de sua execução. Sua eficácia está ligada à articulação conjunta de um processo de avaliação institucional abrangente e fidedigno.

Enfim, diante do panorama atual de transformações e instabilidade generalizada, o ambiente institucional brasileiro está aberto e propício à criação de novos e bons projetos educacionais e propostas que evidenciem qualidade e preocupação com o produto educacional.

## 1. PRINCÍPIOS

A **FAPS** assume o ritmo da transformação contínua, onde a preparação técnica e científica caminha junto com a reflexão cultural de forma criativa e profunda. Isso passa por uma, também contínua, reflexão, pela participação dos alunos no projeto universitário global, pela formação continuada dos docentes e pela cooperação e diálogo com outras instituições e com o contexto social no qual se vincula.

Em resumo, a sistemática da avaliação institucional, com vistas à melhoria da qualidade, está sendo desenvolvida firmada nos seguintes princípios básicos:

- **conscientização da necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos;**
- **reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios a serem adotados;**
- **envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade acadêmica na sua execução e na implementação de medidas para melhoria do desempenho institucional.**

## 2. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Para a **FAPS**, a avaliação é o conjunto de referenciais e valores que norteiam a qualidade institucional. Avaliar significa produzir sentidos e compreender fatos. A partir da Avaliação Institucional, a qualidade passa a ser referenciada por um projeto institucional claro, responsável, consciente e preocupado com a formação do indivíduo para desenvolver o seu Projeto de Vida, como cidadão e como profissional.

Dessa maneira, a avaliação institucional é um macro programa onde seus resultados como ferramenta de gestão e elevação da qualidade, executado integrando todas as dimensões acadêmicas e administrativas.

A função básica avaliação é a criação de base de dados confiáveis, diagnósticos e reflexões que geram indicadores seguros para uma discussão dos resultados da auto-avaliação institucional.

Outro efeito é a sedimentação da cultura de avaliação institucional como ferramenta de desenvolvimento da própria instituição universitária e sua integração. Na inter-relação entre os diversos segmentos que são fontes de conhecimento e produzem o saber, a avaliação é um canal de construção de diálogos e transformação da realidade dentro da instituição.

### **3. OBJETIVOS**

A avaliação Institucional da **FAPS** objetiva manter os diferentes setores de trabalho informados sobre seus aspectos de excelência, deficiência e carência, de tal forma que sejam tomadas decisões administrativas que gerem ações necessárias para promover correções dos desvios e carências e/ou manter e animar o que se mostrou como de excelência, com vistas a rever e aperfeiçoar o PPI, o PDI e os PPC's.

Como exigência institucional, e também da comunidade acadêmica, deve-se cuidar para que a avaliação institucional seja sempre:

- um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;
- um conjunto de diretrizes para o planejamento e a gestão acadêmica e administrativa;
- um processo constante de prestação de contas de todos para com todos.

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

De acordo com a proposta do SINAES o objetivo geral da Avaliação Institucional, é *“contribuir para revisão e aperfeiçoamento do projeto acadêmico e sócio-político da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas. A utilização eficiente, ética e relevante dos recursos humanos e materiais da universidade, traduzida em compromissos científicos e sociais, assegura a qualidade e importância de seus produtos e a sua legitimação junto à sociedade”*.

A finalidade de melhoria da qualidade da educação superior, orientando a expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Estabelecer postura diagnóstica, crítica e autocrítica em relação à organização de metas e objetivos norteadores do trabalho institucional, na totalidade e abrangência de sua natureza;
- Redimensionar ações acadêmico-administrativas e pedagógicas de acordo com os resultados da avaliação institucional;
- Contribuir para a formulação, reformulação e implantação de projetos pedagógicos e institucionais socialmente relevantes de acordo com as respostas ao instrumento de avaliação aplicado;

- Repensar e reorganizar as perspectivas sócio-políticas visando o aperfeiçoamento e a legitimação da prestação de serviços à comunidade onde se inserem as unidades da FAPS;
- Articular mudanças nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa ou extensão, buscando atender às necessidades estruturais do momento histórico em que vive a instituição;
- Promover o envolvimento de todos os seguimentos institucionais no processo de avaliação e implantação de novos projetos e melhorias.

#### 4. A CPA E A AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Comissão Própria de Avaliação – CPA – da **Faculdade Porto Sul** é o órgão de coordenação e articulação do processo interno de auto-avaliação institucional e possui regulamento próprio aprovado pela Congregação.

À CPA cabe orientar, sistematizar e informar todos os setores da **Faculdade Porto Sul**, o MEC e o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, além de outros setores da sociedade para os quais as informações sobre a **FAPS** sejam pertinentes, gozando de autonomia para as questões relacionadas com a auto-avaliação institucional, exercida na forma do seu Regulamento e observado o Regimento Geral da **FAPS**.

A CPA terá como foco o processo de auto-avaliação que abrange toda a realidade institucional, considerando-se o expresso no PPI, no PDI e nos PPC's.

O processo de auto-avaliação conduzido pela CPA terá por finalidades:

- Consolidar uma visão comum para a **FAPS**, contemplando os aspectos sociais, políticos, filosóficos e éticos da ação e gestão acadêmica;
- Implantar uma cultura de avaliação como um processo reflexivo, sistemático e contínuo sobre a realidade institucional;
- Realizar um processo partilhado de produção de conhecimento sobre a **FAPS** que possibilite a revisão e o aperfeiçoamento de práticas, tendo como referências o PPI, o PDI e os PPC's;
- Analisar continuamente a ação acadêmica, buscando vê-la com clareza, profundidade e abrangência;
- Instalar um sistema de informação e divulgação de dados ágil e preciso com a participação dos diferentes segmentos da **FAPS**;
- Atender às determinações legais do SINAES;
- Atender às necessidades técnico-pedagógicas das Comissão Própria de Avaliação;
- Organizar a estrutura e a execução da avaliação institucional;
- Promover encontros, seminários e reuniões de estudo sobre a Avaliação Institucional;
- Promover e divulgar a importância dos trabalhos em Avaliação criando um espírito de coletividade e co-responsabilidade entre todos os seguimentos envolvidos nas atividades;
- Preparar e aplicar os instrumentos de avaliação do Corpo Docente, Discente e Técnico-administrativo, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão;
- Viabilizar a coleta e a análise de dados visando ao diagnóstico da situação institucional;
- Avaliar e considerar a situação institucional a partir da pesquisa aplicada;
- Preparar e promover encontros didático-pedagógicos com o corpo Docente da **FAPS**.

## 5. A CPA E A AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Compreendida em três etapas, o procedimento metodológico da avaliação institucional é compreendido em três etapas, quais sejam, a construção e socialização do processo, avaliação técnico-formal e utilização dos resultados. As etapas são desenvolvidas concomitantemente sob a dimensão do caráter educativo, de auto-regulação e participativa.

A **FAPS** acredita que existam requisitos mínimos para o sucesso dos processos de auto-avaliação, com destaque para a existência de uma equipe de coordenação, a participação de toda comunidade acadêmica, o compromisso explícito dos dirigentes e a garantia técnica e científica da confiabilidade dos resultados apresentados.

Nesse sentido, como afirmado acima, a participação da comunidade acadêmica é fundamental para o processo de construção do processo. Nessa linha, a **CPA** reúne diferentes representantes e atuam permanentemente voltados para oferecer sugestões e contribuir para a melhoria da auto-avaliação Institucional, sendo a responsável pela execução do processo.

Para isto, são realizados encontros de sensibilização, como o ponto de partida para a aplicação dos questionários. As reuniões de sensibilização ocorrem, em média, 15 (quinze) dias antes da abertura do sistema on-line para o preenchimento dos instrumentos. Nela participam representantes da biblioteca, da secretaria acadêmica, dos laboratórios de informática e também dos representantes de cada turma do corpo discente. Além disso, reúnem-se os coordenadores de curso, docentes e o corpo diretivo da faculdade.

É importante ressaltar que o comprometimento de colaboradores, **CPA**, docentes, discentes e gestores faz com que a Avaliação Institucional consiga obter sucesso, uma vez que todas as amostras são garantidas prevalecendo a segurança em torno dos resultados.

Na seqüência do processo e logo após a geração dos resultados, a CPA os divulga e encaminha aos gestores acadêmicos. No caso dos docentes estabeleceu-se a política da preservação do sigilo, uma vez que entendemos que os resultados individuais interessam somente aos próprios pesquisados, seus coordenadores e diretores da respectiva unidade. Dessa forma, nenhum docente consegue “enxergar” o resultado da avaliação do outro, pois cada um recebe um login e senha para entrar no Portal e consultar os resultados de seu trabalho. Exceto neste caso específico e no caso dos coordenadores, todas as demais informações são apresentadas para a comunidade acadêmica por meio do Portal de Avaliação.

Uma etapa que precede a publicação das informações é a análise realizada pelo departamento de avaliação, com vistas a identificar qualquer ocorrência de desvios, mau funcionamento do sistema informatizado ou erros que porventura possam prejudicar injustamente o trabalho de qualquer docente ou coordenador.

No quadro 1 são apresentados os itens avaliados. Cada categoria é subdividida em vários quesitos para a coleta de opiniões dos alunos, professores (auto-avaliação) e funcionários. Os quesitos são respondidos com notas de 1 a 5, da menor para a maior. Os resultados de cada curso são publicados nos murais para amplo conhecimento e discussão.

Preocupando-se com a gestão da qualidade, a FAPS propõe-se a desenvolver um programa de avaliação das suas atividades em educação que possa promover melhor desempenho dos serviços prestados à comunidade.

**Quadro 1 – Itens avaliados na Avaliação Institucional.**

<b>ACADÊMICO</b>	<b>INFRA-ESTRUTURA</b>
Coordenadores	Biblioteca
Docentes	Laboratório
Discentes	Salas de aula
Egressos	Secretaria, tesouraria, serviços terceirizados
Programas Institucionais	
Pós-graduação e Extensão	
Funcionários Técnico-administrativo	

## **6. DESENVOLVIMENTO E METODOLOGIA**

A coleta de informações, para diagnóstico e estudo da realidade institucional, é viabilizada por meio de questionários e formulários eletrônicos, cujos dados, sempre atualizados, servem como subsídios para o processo de Avaliação Institucional. Os questionários serão respondidos pelo corpo docente e discente da FAPS, funcionários técnico-administrativos e egressos.

As categorias e os indicadores aplicados nos instrumentos são construídos a partir de um levantamento feito junto aos setores envolvidos, a fim de retratar, com fidedignidade, a realidade e as expectativas dos interessados e envolvidos na avaliação, para propiciar diagnósticos confiáveis e úteis.

A coleta e análise de dados acontecem, sistematicamente, duas vezes ao ano, em maio e outubro preferencialmente. O próximo passo é o retorno da avaliação à CPA, que tabula os dados, elabora os resultados e os publica e encaminha aos gestores acadêmicos para que elaborem e promova os Planos de Melhorias cujos focos são as implantações de novos processos e projetos no sentido de alcançar as metas propostas.

Os objetivos dos instrumentos são:

- Diagnóstico: levantamento da situação da IES;
- Avaliação interna de:
  1. cursos: condições, processos, resultados;
  2. disciplina, objetivos, planos, fontes, procedimentos didáticos;
  3. desempenho docente: desempenho científico, técnico, didático-pedagógico, atitudes, ética, pontualidade;
  4. desempenho discente: base acadêmica, ética e atitudes;
  5. desempenho técnico-administrativo;
  6. desempenho da gestão universitária;
- Avaliação de egressos;
- Reavaliação de processos e instrumentos.

O instrumento selecionado deverá possuir as qualidades de validade e confiabilidade. A validade não pode estar separada da proposta de mensuração porque é através dela que se identifica se os objetivos levantados foram ou não atingidos e se a escolha do instrumento foi adequada, informando suas limitações. A confiabilidade, por sua vez, mede a consistência do resultado, buscando eliminar os erros inerentes ao processo.

Os itens constantes do processo contínuo de Avaliação Institucional dizem respeito à qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil e ao espaço social onde se a FAPS. A avaliação das características internas é, como já mencionado, promovida pelos segmentos técnico-administrativo, docente e discente (incluindo-se, também, neste último grupo, os egressos), principais agentes e usuários dos serviços prestados pela instituição, ressaltando que estes agentes colaboram, com propriedade de conhecimento e vivências, para o diagnóstico da realidade institucional, objetivando identificar aspectos relevantes na excelência, na carência ou na inadequação dos procedimentos acadêmicos, educacionais e administrativos.

Os instrumentos de coleta de dados são elaborados pela Comissão Própria de Avaliação e são os seguintes:

**(A) Respondidos pelos Discentes:**

- Instrumento de Avaliação do Desempenho Docente
- Instrumento de Avaliação do Desempenho do Coordenador de Curso
- Instrumento de Avaliação da Infra-Estrutura física (Salas de Aula, Laboratórios, Biblioteca, Serviços de Apoio, como Tesouraria e Secretaria, Serviços Terceirizados, como Xérox, Cantina e Livraria)
- Instrumento de Avaliação do Estágio Supervisionado
- Instrumento de Avaliação do TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
- Instrumento de Avaliação do NPJ – Núcleo de Prática Jurídica
- Instrumento de Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação
- Instrumento de Auto-Avaliação Discente
- Instrumento de Avaliação do Egresso

**(B) Respondidos pelos Docentes, Gestores e Corpo Técnico-Administrativo:**

- Instrumento de Avaliação do Desempenho do Coordenador de Curso – respondido pelos docentes do curso.
- Instrumento de Avaliação do Desempenho dos Gestores – respondido pelos funcionários técnico-administrativos.
- Instrumento de Avaliação da Infra-Estrutura física (Salas de Aula, Laboratórios, Biblioteca, Serviços de Apoio, como Tesouraria e Secretaria, Serviços Terceirizados, como Xérox, Cantina e Livraria)
- Instrumento de Auto-Avaliação (na função) – Docentes, Gestores e funcionários técnico-administrativos.

## **7. DIAGNÓSTICO GLOBAL**

A Avaliação para diagnóstico global é feita a partir da visão discente e docente sobre os aspectos relevantes dos processos de ensino/aprendizagem e das estruturas acadêmicas. Essa investigação envolve todos os cursos.

Nesta fase é realizada a avaliação, pelos discentes, dos docentes e da infra-estrutura existente. Também é realizada a avaliação docente de modo a identificar os aspectos de natureza didático-pedagógica e de outros fatores que envolvam a docência, para promover eventos e recursos que viabilizem a superação de suas carências e dificuldades.

A Avaliação é feita para investigar aspectos pertinentes às condições de trabalho (infra-estrutura, corpo técnico-administrativo de apoio, entre outras) em todos os setores da FAPS.

Este item conta com a participação dos membros do corpo técnico-administrativo e dos setores de trabalho investigados. A avaliação é coordenada pela CPA, com suporte técnico-financeiro da Diretoria Geral da **FAPS**.

Promove a avaliação do desempenho e da estruturação dos laboratórios existentes, assim como sua utilização, de acordo com as necessidades apresentadas e solicitadas pelos respectivos docentes, nos seus Planos de Ensino.

Os laboratórios são avaliados pelos alunos, seus principais usuários, através de um instrumento de pesquisa que investiga, basicamente: espaço físico, eficiência na utilização dos recursos e adequação à metodologia de trabalho. Esta avaliação objetiva, em última instância, a otimização do uso dos recursos e do ambiente para a efetivação da aprendizagem.

Também realiza a avaliação das condições de funcionamento, organização e atendimento da Biblioteca, bem como da sua política de utilização, manutenção e enriquecimento do acervo. As bibliotecas são avaliadas pelos seus usuários, em aspectos fundamentais de funcionamento: espaço físico, condições do ambiente de estudo, avaliação qualitativa e quantitativa do acervo, eficiência do atendimento aos usuários, entre outros. Esta avalia a manutenção e a atualização do acervo, a política de utilização dos recursos e do ambiente da biblioteca com vistas ao favorecimento da aprendizagem.

Também são avaliadas as instalações físicas, através do diagnóstico da capacidade oferecida pelos equipamentos e recursos logísticos instalados, visando o atendimento às necessidades acadêmicas e operacionais voltadas para a qualidade no ensino.

Os corpos docente, discente e técnico-administrativo avaliam os recursos para organização da infra-estrutura que viabiliza o trabalho acadêmico-administrativo. O instrumento de avaliação deste item investiga, basicamente, as condições materiais para a execução de tarefas e trabalhos desenvolvidos na **FAPS**. Esta avaliação tem, por objetivo, melhorar e agilizar as condições técnicas e estruturais que subsidiam os trabalhos desenvolvidos na **FAPS**.

Realiza a avaliação do desempenho acadêmico-administrativo dos serviços prestados, no sentido de melhor aproveitamento dos recursos e instalações.

Esta avaliação é realizada nas áreas: a) Administrativa, para elaboração dos indicadores de acordo com as normas e procedimentos que lhes são próprios; b) Acadêmica, para atender às expectativas de seus programas de serviço e c) Secretaria Geral, Tesouraria e Serviços Terceirizados, observando o atendimento às normas e funções das relações com o público. O que se visa, aqui, é a otimização do atendimento ao público.

A avaliação dos cursos de extensão é realizada em função da expectativa em relação ao curso – atingiu as finalidades ofertadas, e do desempenho do docente.

Os programas de pós-graduação são avaliados em seus aspectos pedagógicos e didático-metodológicos por alunos matriculados e egressos, após cada módulo, assim como pelos avaliadores externos. O objetivo é analisar a ampliação ação da qualidade e legitimidade destes programas.

A Avaliação dos egressos faz parte das crenças institucionais de promoção de cidadania, cultura e realização do projeto de vida do aluno, além de ser uma exigência legal do SINAES/MEC.



Este acompanhamento da vida do aluno, mesmo após a conclusão do seu curso, reforça o compromisso da **FAPS** com o ensino eficiente, além de ser um importante instrumento para a melhoria dos cursos de graduação.

## 8. UTILIZANDO OS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

### 8.1 AS AVALIAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS

A Avaliação Institucional objetiva ampliar o conhecimento das ocorrências da realidade institucional na qual está estruturada a prestação de serviços educacionais à comunidade. Objetiva, assim, programar um processo contínuo de melhorias no sentido da superação de eventuais falhas e carências que, detectadas pela execução das tarefas de avaliação, passarão por uma revisão pedagógico-administrativa.

A Avaliação Institucional, como todas as outras modalidades de avaliação, tem um caráter processual, contínuo e constantemente renovado que assegura maior êxito na execução das tarefas de avaliação e nas iniciativas para a superação de falhas, visando a melhoria dos serviços prestados.

Por isso, a Avaliação Institucional é entendida como a mediadora da articulação entre as práticas pedagógicas e também como importante meio de aproximação entre instituição avaliada e comunidade estudantil em função dos objetivos da qualidade e da legitimidade dos serviços prestados em educação.

Acreditando na forma de avaliar, a **FAPS** e suas unidades mantidas empenham-se os esforços acadêmicos, educacionais e administrativos em assumir junto à comunidade acadêmica o compromisso pela melhoria contínua nos serviços educacionais prestados.

Importante ação é aquela em que são agregados os resultados das avaliações internas e externas em um só documento. Para isso, constroem-se gráficos que apresentam o resultado percentual dos conceitos extraídos da avaliação institucional interna com os conceitos obtidos nas avaliações externas realizadas pelo MEC-INEP.

O objetivo é vislumbrar cenários comparativos sobre como a comunidade acadêmica da faculdade se reconhece e como o poder público federal, por meio do Ministério da Educação, enxerga nossas atividades acadêmicas.

### 8.2 O PLANO DE MELHORIAS

Na posse dos resultados, os gestores acadêmicos geram e acompanham as ações de melhoria cabíveis e esperadas.

Como mencionado anteriormente, a partir dos resultados encaminhados pela CPA surgem os planos de melhorias, que são um conjunto de metas, ações, procedimentos e ajustes da Instituição para que todos os aspectos da gestão administrativa e do acadêmico se integrem em torno de propósitos comuns, visando ao cumprimento de sua missão institucional e de sua filosofia gerencial.

O item identificado como **Prioridade Alta** teve avaliação ruim (menor do que 50%) e necessita de ações prementes que interfiram e transformem sua atuação.

A **Prioridade Média** teve avaliação na faixa considerada média (entre 50% e 75%), mas representa, para a FAPS, a necessidade de ações que elevem os índices de aprovação.

A **Prioridade Baixa** indica um grau de satisfação acima de 75%, mas o desafio consiste em não permitir que os índices venham a sofrer alguma alteração para baixo.

Portanto, existe uma política específica para a utilização dos dados fornecidos pelos resultados e uma preocupação especial em transformar e fala qualitativa dos discentes em ações concretas destinadas à melhoria da instituição em suas diversas dimensões.

## 9. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E O SINAES

O documento do SINAES informa que as dimensões serão analisadas e avaliadas segundo as especificidades institucionais, ressaltando que estas dimensões não devem ser entendidas como instrumentos limitadores ou de simples checagem/verificação/quantificação, mas transformem-se em ponto de partida para a construção de um amplo processo de discussão e reflexão sobre as diversas facetas e atividades institucionais, permitindo o aprofundamento do conhecimento e compreensão que a instituição tem de si mesma.

É importante observar que as *Orientações Gerais para a Auto-Avaliação*, encaminhadas pelo MEC, estão organizadas em três núcleos:

**(1) Núcleo básico e comum** – contempla tópicos que devem integrar os processos de avaliação interna da IES.

**(2) Núcleo de temas optativos** – contém tópicos que podem ser ou não selecionados pelas IES para avaliação, conforme sejam considerados pertinentes à realidade e adequados ao projeto de avaliação institucional. Eles devem ser entendidos como *sugestões* para as reflexões e discussões da comunidade acadêmica – corpo discente, docente e técnico administrativo. Neste núcleo, para auxiliar as IES na tarefa de ampliar a compreensão sobre a instituição, bem como emitir juízos de valor e estabelecer ações de melhoramento, são apresentados tópicos em forma de perguntas.

**(3) Núcleo de documentação, dados e indicadores** – são apresentados dados, indicadores e documentos que podem contribuir para fundamentar e justificar as análises e interpretações. Assim, são listados dados, indicadores e documentos (**além da possibilidade de utilização de entrevistas e questionários**) não excludentes, mas complementares, sendo esperado da instituição a seleção destas e/ou de outras estratégias para a coleta das informações que se mostrarem adequadas para, em procedimentos quantitativos e qualitativos, a avaliação ser realizada com bases concretas.

A maior parte dos dados quantitativos sobre as instituições e cursos podem ser extraídos do *Censo da Educação Superior*, realizado anualmente pelo INEP. Outros dados, inclusive qualitativos, são gerados com o auxílio de pesquisadores institucionais, indicados pelos dirigentes, o que torna extremamente importante que as CPAs identifiquem, em cada caso, o responsável pelas informações prestadas, as quais constituem-se num importante ponto de partida para o desenvolvimento da auto-consciência institucional e para a própria atividade avaliativa.

Em todos os casos, os temas indicados devem ser analisados e avaliados segundo as especificidades institucionais, e **não entendidos como instrumento limitador**. De modo especial, as dimensões que envolvem questões financeiras devem ser analisadas de acordo com a natureza jurídica da instituição (pública ou privada) e a sua organização administrativa (faculdades isoladas, centros universitários, universidades). Neste sentido, é importante estabelecer a relação necessária com os seus mantenedores, no caso de IES privadas.

Muitos dos temas e das dimensões apresentados farão parte do instrumento de avaliação da instituição que será utilizado pelas Comissões de Avaliação Externa, quando da avaliação *in loco*.

A **FAPS** confrontou os instrumentos da auto-avaliação com as exigências do SINAES, contidas no Roteiro de Auto-Avaliação.

No quadro 2 a seguir está identificadas estas correspondências, trazendo as Dimensões do SINAES e o que é aplicado pela FAPS. Neles consta, também, uma listagem de documentos cujos dados quantitativos ou qualitativos auxiliam na complementação do diagnóstico solicitado pela Dimensão em análise.

**Quadro 2 – Instrumentos da avaliação interna e as dimensões do SINAES.**

<b>SINAES</b>	<b>PAI-FAPS (Instrumentos)</b>
1. Missão Institucional e PDI	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Avaliação dos Docentes pelos Discentes</li> <li>2. Auto-Avaliação Docente</li> <li>3. Avaliação dos Coordenadores pelos Discentes</li> <li>4. Auto-Avaliação dos Coordenadores</li> <li>5. Avaliação Cursos de Pós-Graduação</li> </ol>
2. Ensino, Extensão e Pós-Graduação	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Avaliação dos Docentes pelos Discentes</li> <li>2. Auto-Avaliação Docente</li> <li>3. Avaliação dos Coordenadores pelos Discentes</li> <li>4. Avaliação dos Coordenadores pelos Docentes</li> <li>5. Auto-Avaliação dos Coordenadores</li> <li>6. Avaliação do TCC</li> <li>7. Avaliação do Estágio Supervisionado</li> <li>8. Avaliação do Núcleo de Prática Jurídica</li> <li>9. Avaliação Cursos de Pós-Graduação</li> </ol>
3. Responsabilidade Social, relações com o setor público e produtivo e mercado de trabalho.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Avaliação do Estágio Supervisionado</li> <li>2. Avaliação do NPJ</li> </ol>
4. Comunicação com a Sociedade	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Avaliação do Estágio Supervisionado</li> <li>2. Avaliação do NPJ</li> <li>3. Avaliação dos Cursos de Extensão</li> <li>4. Avaliação dos Egressos</li> </ol>
5. Políticas de pessoal, carreira docente, carreira técnico-administrativa, aperfeiçoamento profissional e condições de trabalho.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Avaliação dos coordenadores pelos Docentes</li> <li>2. Auto-Avaliação do Coordenador</li> <li>3. Avaliação dos funcionários técnico-administrativos</li> </ol>
6. Organização e gestão; representatividade nos colegiados	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Avaliação dos coordenadores de curso pelos Discentes</li> <li>2. Avaliação dos coordenadores pelos Docentes</li> <li>3. Auto-avaliação dos Coordenadores</li> </ol>
7. Infra-estrutura física	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Avaliação da Infra-estrutura</li> <li>2. Avaliação do Estágio Supervisionado</li> <li>3. Avaliação do NPJ</li> <li>4. Avaliação dos Cursos de Extensão</li> <li>5. Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação</li> </ol>
8. Planejamento e Avaliação, processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Avaliação dos coordenadores pelos professores</li> <li>2. Auto-Avaliação dos Coordenadores</li> </ol>
9. Política de Atendimento a estudantes e egressos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Auto-Avaliação dos Docentes</li> <li>2. Avaliação dos Coordenadores de curso pelos Discentes</li> <li>3. Avaliação dos Coordenadores de curso pelos Docentes</li> <li>4. Auto-Avaliação dos Coordenadores</li> <li>5. Avaliação do Estágio Supervisionado</li> <li>6. Avaliação dos Cursos de Extensão</li> <li>7. Avaliação dos Egressos</li> </ol>

## **10. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em termos mais concretos, a Avaliação Institucional, como instrumento de gestão estratégica, deve ser orientado no sentido da definição, promoção e implementação de uma cultura de inovação permanente, de transformação auto-regulada, e dotada da capacidade de atuação pró-ativa às demandas mutáveis dele provenientes.

Para que o PPI, o PDI e os PPC's possam servir a esses propósitos descritos no parágrafo anterior, é indispensável que sua elaboração e implantação respeitem determinados princípios através de um rigoroso processo de acompanhamento de sua execução. Sua eficácia está ligada à articulação conjunta de um programa de avaliação institucional abrangente e fidedigno.

Estando a auto-avaliação em consonância com a missão e a cultura institucionais, a FAPS passa a ter um norte legítimo, criando importantes indicadores quantitativos que, trabalhados numa ótica qualitativa, resultam em efetiva melhoria de qualidade em toda a instituição.